

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Política e memória: representações críticas dos jesuítas na *Revista* do IHGB (1839-1889)

Simone Tiago Domingos*

Resumo: Uma das preocupações mais importantes dos sócios do IHGB, registradas em sua *Revista* entre 1839 e 1889, foi buscar evidências históricas visando tanto o conhecimento do passado da nação, quanto argumentos para a discussão de questões políticas e culturais do Império. Dentre os temas debatidos destacam-se o desempenho da Companhia de Jesus na colonização e seu eventual retorno ao país, origem de diferentes representações daquela Ordem e de seus membros. Dentre elas, vamos privilegiar imagens críticas que concebem os jesuítas como o *Outro* da nação brasileira – o elemento estranho às necessidades do país e um inimigo dos interesses do estado e do cidadão. Destacaremos ainda, com apoio bibliográfico, possíveis vínculos dessas representações com o discurso mitológico e conspiracionista sobre os *loyolanos* divulgado na imprensa e literatura européias no século XIX.

Palavras-chave: IHGB – jesuítas – representações

Abstract: One of the concerns of the IHGB members, registered in its *Revista* between 1839 and 1889, was searching historical evidences seeking not only the knowledge of the nation past but also arguments to the discussion about political and cultural questions of the Empire. Among the argued subjects, we can highlight the performance of Company of Jesus in the colonization and its possible return to the country, the origin of the different representations of that Order and its members. Among them, we are going to privilege the critical images that conceive the jesuits as the *Other* of the Brazilian nation – the strange element to the country necessities and an enemy of the State and the citizens' interests. We will also emphasize, with bibliography support, possible bonds of those images with the mythological and conspiratory speech about the jesuits published in the European press and literature during the XIX century.

Key words: IHGB – jesuits – representations

Os historiadores que estudaram o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sua *Revista* apontaram os vínculos entre a política imperial e a produção histórica desta Instituição, sinalizando um diálogo entre os textos publicados pela RIHGB, os acontecimentos e a disputa político-partidária vivenciada no Segundo Reinado. A partir da análise de documentos e artigos publicados pelo periódico que tematizam os jesuítas, entre 1839 e 1889, foi possível perceber a existência de uma tradição antijesuítica que se constituiu ao longo dos séculos anteriores e se firmou no século XIX. Ela criou argumentos e fundamentou, tanto na Europa quanto no Brasil, uma corrente anticlerical muito ativa no debate político entre liberais e conservadores.

O IHGB, de acordo com Salgado Guimarães, alvitra uma discussão quanto à

* Mestranda pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

questão nacional no Brasil e o papel da escrita da história neste processo. Apresenta um projeto ideológico e político da História – como *mestra da vida* – filtrando modelos para o presente e futuro, tendo como projeto “o traçar da gênese da nacionalidade brasileira” (GUIMARÃES, 1988 (1): 06). Além deste caráter, o Instituto Histórico sintonizava-se com outras instituições de mesmo teor, inserindo-se entre as associações do mundo ocidental que se dedicaram em “recolher, preservar, pesquisar e divulgar as respectivas histórias nacionais” (GUIMARÃES, s/d: 02; SANCHEZ, 2003: 04; 12-13). Para enriquecer tais constatações, apresentaremos considerações sobre o debate que envolve os jesuítas, indicando diferentes argumentos e enfatizando a representação negativa construída sobre estes religiosos no Brasil (IHGB) bem como no exterior, sobretudo na França e em Portugal.

O debate sobre os loyolanos remonta ao período colonial, quando já emergem textos e ações críticas ou em defesa destes religiosos. No século XIX, esse debate se reacendeu e, no caso do Brasil, ficou registrado na imprensa, no parlamento e em dois “tipos” de publicações da *Revista* do IHGB – “memórias” escritas por membros do Instituto ou a seu pedido; e documentos oferecidos pelos sócios ou copiados de Arquivos e Livrarias do Brasil e da Europa que são resgatados, transcritos e publicados, testemunhando as origens e o percurso da polêmica em relação aos jesuítas. Tais documentos alimentaram um vigoroso debate entre os membros do Instituto que desenha uma espécie de periodização com dois momentos distintos. O primeiro, entre as décadas de 1840 e 1860, traz memórias ou transcrições de documentos que tratam essencialmente da atuação religiosa, da catequese indígena, e da intervenção dos colonos e do Estado (positiva ou negativa) na “civilização” dos nativos. O modelo jesuítico de catequese se torna objeto de debate – seria este um método aplicável para a civilização do índio no século XIX? Já o segundo momento coincide com a década de 1870, circunstância em que a relação Estado-Igreja se tornou mais conflituosa. A partir de então, a discussão a propósito do trabalho daqueles religiosos toma contornos distintos e radicalmente opostos, ou seja, o jesuitismo e anti-jesuitismo se acentuam. Dessa forma, as falas críticas tornam-se mais expressivas e, lembrando as restrições do período pombalino, transpiram o discurso mitológico e conspiracionista no qual a figura do jesuíta assume o perfil do indivíduo perigoso porque ameaçador da estabilidade do estado, da nação e da moral familiar, traços apontados e estudados por Raoul Girardet, Michel Leroy e José Eduardo Franco nos casos da França e Portugal.¹

As representações construídas em torno da Companhia de Jesus nos debates do

¹ GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologia políticas*. SP: Cia das Letras, 1987; FRANCO, José Eduardo. “A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República”, *in*: Separata da *Lusitania Sacra*, 2ª série, t. 12, 2000; LEROY, Michel. *Le Mythe Jésuite – de Beranger à Michelet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

IHGB, principalmente no primeiro momento (1839 a 1861), podem ser organizadas em três posições. A diversidade de argumentos justificava-se pelos diferentes interesses políticos laicos e religiosos inscritos na busca de uma solução para o problema das ordens religiosas remanescentes do período colonial e para a incorporação do indígena à sociedade e ao mercado de trabalho. A primeira posição alinhou sócios que condenaram a escravidão africana ou indígena como prática civilizadora e defenderam a catequese, projetando o jesuíta como evangelizador exemplar e personagem importante na construção do Brasil. A segunda reuniu aqueles que delinearam os loyolanos como eficientes missionários nos primeiros tempos da colonização, mas condenaram a autonomia, o poder político e econômico que os tornava ávidos de riquezas e exploradores do trabalho indígena. Já a terceira agrupou aqueles que recusaram a catequese como método de civilização dos nativos, preferindo a escravização laica, sobretudo a indígena; criticaram o domínio dos inacianos sobre os índios; e responsabilizaram os jesuítas pela introdução de escravos africanos no Brasil e, conseqüentemente, pela predominância dos negros na população do império.

As posições contrárias ou restritivas à implantação do modelo de catequese praticado pela Companhia de Jesus basearam-se principalmente no fato dos religiosos terem acumulado muito poder – temporal e religioso – nos tempos coloniais. Tal postura era tida como incongruente para o século XIX já que se buscava, desde as reformas pombalinas, uma sociedade mais laica e racionalizada. Assim, o vínculo entre a Igreja e o Estado no Império, a partir da década de 1840 mas, sobretudo nos anos de 1870, se tornou alvo de severas restrições em virtude da discordância dos grupos políticos no que dizia respeito à estreita aproximação entre estas duas instituições. Foi nesse último período que o sócio Antonio Henrique Leal publicou os “*Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus*”, texto particularmente crítico do desempenho dos loyolanos no Brasil. Para Leal, a expulsão dos jesuítas foi um ato afinado com os princípios do estado liberal, pois a Companhia constituía um corpo coletivo que conservava o perfil de uma corporação. Diante disso, questionou se nos anos de 1870, as circunstâncias seriam compatíveis com a recuperação da Companhia pois: “em vez de colonia esta constituindo um império, em vez de tutelados somos brasileiros, em vez de governo absoluto e despotico regenos uma constituição livre com o systema representativo, e em vez de subditos somos cidadãos” (RIHGB, 1871, t. 36, p. II: 52).

Portanto, a restauração dos jesuítas destoava das novas expectativas da nação, pois por sua organização e poder, aquela Ordem havia sido um *Estado no Estado* além de *uma igreja na igreja*. Importava saber se uma instituição que dominava reis (agindo como seus conselheiros), o povo no púlpito, as famílias no confessionário e as crianças nas escolas

estava afinada com as necessidades dos cidadãos brasileiros. O posicionamento de Leal é um exemplo do perfil e argumentos constitutivos das representações negativas dos jesuítas no império, e demonstram-se afinadas com movimento anti-jesuíta então em curso na Europa, movimento estudado por Girardet, Leroy e Franco.

Num trabalho mais abrangente que destaca a (re)significação e divulgação de uma mitologia do Complô e da Conspiração no imaginário político europeu dos séculos XIX e XX, Raoul Girardet analisa três diferentes complôs veiculados na imprensa e em obras literárias – o judaico, o jesuítico e o maçônico. Dentre as imagens constitutivas dessa mitologia destacam-se aquelas da *Organização*, caracterizada pelo segredo e severo castigo em caso de traição; dos encontros na escuridão da noite – “os homens do Complô serão antes de tudo *instruídos para esconder-se*”(GIRARDET, 1987: 34) – para o que recorrem a vestimentas escuras; e a do indivíduo que é identificado como o “outro” do cidadão, encarnando portanto a figura do *Estrangeiro*. Os desígnios desses seres, ao mesmo tempo diferentes e inimigos da nação, voltam-se para a dominação do mundo através de um poder universal e da ascendência sobre os príncipes e os povos em virtude da manipulação do aparelho administrativo, da vida coletiva, da organização familiar, do sistema educacional e econômico. A eles foi atribuída a *arte de captar heranças, aviltar os costumes, desagregar tradições sociais e valores morais*. Além da expressão literária, os “complôs” tiveram uma iconografia remetida a um bestiário de tudo que rasteja, se infiltra e se esconde, além da associação destes homens com crimes sexuais e a “demonização”.

Girardet acentua, portanto, dois atributos políticos recorrentes que estão no centro da mitologia do complô: a dominação do mundo e a formação de um Império das trevas. Além disso, lembra que os mitos não emergem aleatória e circunstancialmente, pois pressupõem um mínimo de receptividade, ou seja, a mensagem a ser transmitida (estrutura e conteúdo) deve corresponder a um certo código já duradouramente inscrito no imaginário daqueles que irão vivenciá-lo. Nesse sentido, a narrativa mitológica não é simplesmente um fenômeno de distorção que traz apenas um ganho político imediato, mas um verdadeiro processo de (re)significação, instrumentalização e mutação de imagens, conceitos e sentimentos pois: “o contexto cronológico é abolido; a relatividade das situações e dos acontecimentos, esquecida; do substrato histórico não restam mais que alguns fragmentos de lembranças vivas, diluídas e transcendidas pelo sonho” (GIRARDET, 1987: 49-62).

Abordando especificamente o mito jesuíta e os significados de sua importância no século XIX, Michel Leroy observa que, durante aquele século, a Companhia de Jesus foi um tema recorrente em várias publicações francesas por ser útil tanto à propaganda de reconquista da França pela Igreja Católica (reconduzida à legalidade pela restauração dos Bourbons)

quanto, e sobretudo, à luta pela laicização do Estado liderada pelos políticos liberais. Estes últimos conceberam a Ordem Inaciana como uma sociedade secreta possuidora de imensa rede capaz de vigiar e influenciar a vida familiar, as decisões governamentais e o destino da França, agindo a serviço de uma religião com “intenções demoníacas”. Tratava-se de um *mythe noir* – que alimentava o medo remetido a um inimigo despersonalizado – cuja história remontava ao século XVI, mas que no XIX, restabeleceu-se num contexto político novo marcado pela Restauração dos Bourbons; pelo retorno dos inacianos às atividades de ensino, missionária, pregação e confissão, e pela expansão da propaganda liberal, circunstâncias que engendrariam uma inédita *jésuitophobie*.

Sobre as formas literárias do mito e suas relações com a política, Leroy considera a importância de sua eficácia pois, além de construir uma dada representação da realidade, os mitos propiciam a sua transformação pela capacidade de mobilizar os partidários, diabolizar os adversários, e fornecer uma explicação aparentemente coerente e verdadeira dos acontecimentos passados, presentes e mesmo futuros. Embora seja repetitivo e monótono, justamente a pobreza de seu conteúdo, a recorrência aos arquétipos, às cenas convencionais, lhe confere uma capacidade de adaptação às personalidades e situações mais diversas, senão as mais contraditórias. O mito jesuítico, portanto, é um paradigma de poder absoluto, mas também de uma organização secreta fundada na hierarquia, obediência e influência passível de ser instrumentalizada em diferentes contextos e personagens.

Entre os escritos anti-jesuíticos apontados por Leroy, destaca-se o periódico “Le Constitutionnel”, de oposição liberal que, por volta do ano de 1819, iniciou uma batalha contra aqueles religiosos. A maior contribuição, segundo Leroy, no sentido de dar a este mito uma amplitude pública veio do *Juif Errant*, de Eugène Sue, uma narrativa impregnada do fantástico, na qual o leitor reencontra os principais elementos do mito jesuítico na França de 1832:

l'activité malfaisant d'une société secrète aux nombreuses et puissantes ramifications, la poursuite obstinée de la richesse et du pouvoir par les moyens les plus criminels, ruse ou violence, la persécution d'une famille protestante de génération en génération, la captacion d'héritage, l'emprise exercée sur les femmes par la confession. (LEROY, 1994: 92)

Sue associou novo ingrediente ao anti-jesuitismo tradicional: a questão social. Através do conflito entre Rodin (encarnando a Companhia), e a família Rennepont, vítima de suas ações, estabelece-se o contraste entre dois tipos de associações – uma religiosa e nefasta e a outra laica e generosa. Os traços assumidos pelos jesuítas no imaginário destas obras negativas caracterizam-se por representações da força maléfica e maquiavélica do poder, não para a construção da ordem, progresso e estabilidade, mas para a corrupção da alma e do espírito, destruição da moral, da política, da religião, da sociedade. Tratava-se de um poder

capaz de prejudicar a nação e, por meios ilícitos, dominar os organismos tradicionais para o estabelecimento de um império universal, estranho à soberania nacional.

Ainda exemplificando a literatura relacionada ao mito anti-jesuítico, Leroy anota *Des Jésuites*, texto que resultou de um curso ministrado em 1843 por Jules Michelet e Edgar Quinet no Collège de France, no qual Michelet privilegiou a filosofia do jesuitismo, a sua entrada no pensamento religioso, na Igreja e na educação, enquanto Quinet deu atenção à história da Companhia. Integrando a ofensiva lançada pelos meios universitários contra os loyolanos e seus defensores, o curso teve sensível repercussão junto aos intelectuais e outros setores da sociedade francesa (a obra teve seis edições em um só ano) e na imprensa católica (nos periódicos *L'Univers*, *La Quotidienne*) que considerou as sessões acadêmicas como tumultos revolucionários. Michelet ainda publicou outra obra - *Le Prêtre, la femme e la famille* (1844/45) – onde os jesuítas (e outros religiosos) foram alvos de novos ataques e, dentre outros temas, acentuou as ameaças de desagregação familiar inscritas no ato da confissão, particularmente quando realizada por membros da ordem inaciana: “Celle-ci, faute d’avoir su montrer sa supériorité dans domaine des idées, cherche à régner par l’intrigue, en se jouant des passions et des faiblesses humaines en se servant de la femme” (LEROY, 1994: 85-86).

No caso português, o trabalho de José E. Franco, “A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República”, faz uma análise do período pombalino, momento em que a imagem do *mito negro* dos Jesuítas teria sido forjada em Portugal. Nesse sentido, através de canais diplomáticos e do Estado, Pombal promoveu a tradução de libelos e documentos antijesuíticos e os divulgou por toda a Europa. Entre eles destaca-se a *Dedução Chronologica e analytica*, onde a Ordem Inaciana aparece como um anti-poder que, desde a sua origem, articulava um plano secreto universal nefasto à ordem social e ao Estado devido à obediência cega e opressora preconizada pelos padres. O século XIX liberal, por sua vez, foi marcado pela síndrome antijesuítica, quando se atualizou a imagem negativa através de artigos, libelos, romances, exemplos da contundente campanha movida por centros republicanos e maçons, na qual se projetou a Companhia como uma “perigosa organização ultramontana destituída de qualquer sentimento nacional, sem qualquer interesse no serviço da nação”(FRANCO, 2000: 138). Desta forma, a literatura setecentista teria construído uma argumentação justificativa dos males da nação portuguesa, fundada na dicotomização da realidade e na definição de duas entidades: o *Nós* – por vezes o Estado e seus agentes, concentrando o ideal de elevação da pátria e o reconhecimento internacional – e o *Outro* – os jesuítas, máquina de destruição que aspira arruinar todos os poderes e ordens, alheia a qualquer fidelidade nacional e institucional que não a sua.

O mito anti-jesuítico estudado por Girardet, Leroy e Franco é uma das faces de um intenso debate que se instaurou com mais contundência no século XIX entre defensores e opositores dos inacianos, no qual outras questões políticas mais imediatas estiveram imbricadas, dentre elas o conflito de competências entre o Estado Liberal e a Igreja Romana. Os estudos daqueles autores também nos permitem perceber que o imaginário negativo dos jesuítas presente nas páginas da *Revista* do IHGB, pode dialogar com um movimento internacional, sobretudo europeu, muito amplo e importante para a história política de várias nações, dentre elas a do Império Brasileiro.

Fonte:

Apontamentos para a história dos jesuítas, extrahidos dos chronistas da Companhia de Jesus, pelo Dr. Antonio Henrique Leal”, in: Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Etnographico do Brasil. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1871, tomo 36, parte II (terceiro trim.).

Bibliografia citada:

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologia políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. "Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional", *in: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Jan/1988, nº 01.

_____. "Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquário do Norte", *in: HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Acces, pp. 1-28.

FRANCO, José Eduardo. "A Visão do *Outro* na Literatura antijesuítica em Portugal: de Pombal à Primeira República", *in: Separata da Lusitania Sacra*, 2ª série, tomo 12, 2000.

LEROY, Michel. *Le Mythe Jésuite – de Beranger à Michelet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um período na cidade letrada brasileira do século XIX*. Campinas: IEL/UNICAMP, 2003 (Dissert. de Mestrado).